

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



**PROFESSORES
ENCHEM A RUA
PELA TERCEIRA VEZ**

À GUERRA SOCIAL OPOR A GREVE GERAL



editorial

GOVERNO ATOLA-SE NA POLÍTICA DE GUERRA:

- Tanques para a Ucrânia;
- "Bazuca" de milhões para os patrões;
- Proibição da greve e miséria para os trabalhadores!

Por três vezes em quatro semanas, os professores e profissionais de educação saíram à rua às dezenas e centenas de milhar.

Primeiro ao apelo apenas do S.T.O.P., por duas vezes, a 14 e a 28 de Janeiro. De ambas as vezes, uma massa imensa de professores e não docentes, auto-organizados, vindos de todo o país marcharam pelas ruas de Lisboa.

No dia 11 de Fevereiro, de novo, a massa dos professores, a larga maioria dos professores do país, realizou na rua a unidade da classe com todas as organizações. Unidade da classe que impôs a sua lei às próprias direcções sindicais maioritárias – que, recorde-se, não queriam fazer nada até Março...

E "eles" ficaram com medo.

"de novo, a massa dos professores, a larga maioria dos professores do país, realizou na rua a unidade da classe com todas as organizações"
"E «eles» ficaram com medo"

Editorialistas da pena liberal furibunda ou da "esquerda" institucional elegante, comentaristas profissionais tudólogos, o Presidente que muda de ária consoante o que fareja no ar, todos eles se encheram de medo. E vá de

Continua na pág. 6

Acórdão dos serviços mínimos para a greve dos profissionais da educação

NOVO PASSO PARA A DESTRUIÇÃO DO DIREITO À GREVE

Um passo qualitativamente novo na caminhada para a quase ilegalização do direito à greve foi dado pelo “acórdão” do tribunal arbitral mandado constituir pelo governo para decretar serviços mínimos à greve dos profissionais da educação convocada pelo S.T.O.P.. Esta greve tem sido reconduzida com pré-avisos que cobriram grande parte de Janeiro e continuam para Fevereiro.

Os árbitros representam respectivamente: órgãos do poder judicial (donde sai o presidente do colégio); o lado patronal (que é o governo); e o lado dos trabalhadores. Para cada arbitragem, os três árbitros são escolhidos por sorteio. Os nomes a sortear constam de três listas de nomes separadas, válidas por três anos. Na lista de árbitros “representantes dos trabalhadores”, os nomes são de juristas indicados pelas organizações sindicais representadas na “Comissão Permanente da Concertação Social”, a UGT e CGTP.

Não são, portanto, escolhidos pelo sindicato ou grupo de trabalhadores que decreta a greve. A tal Comissão Permanente de Concertação Social faz parte do Conselho Económico e Social, um obscuro órgão do Estado, incumbido, no essencial, de ganhar a anuência das cúpulas sindicais para a acção do governo e evitar “conflitos sociais”: uma instituição herdeira da câmara corporativa do regime salazarista, reintroduzida na lei portuguesa para espelhar a ordem vaticana dos tratados europeus.

Assim, com dois representantes do Estado (poder judicial e governo) e um jurista, neste caso um nome indigitado pela UGT, pouco admira que o acórdão tenha sido votado por unanimidade – apesar de, pela sua natureza e implicações, ele abrir portas à quase completa ilegalização do direito à greve.

O acórdão começa por reconhecer, que remédio, que a greve é um direito constitucional fundamental, insusceptível de restrição substancial; mas só para, logo a seguir, acrescentar que, ainda assim, não é um direito absoluto: ou seja, que quando o direito à greve entra em conflito com outros direitos importantes, tem de se ponderar se a greve lesa esses outros direitos.

Assim se anuncia uma ginástica retórica, que, embora juridicamente miserável, leva aonde querem: à destruição do direito à greve.

Por definição, a greve cessa a produção de certos bens e serviços. É assim, porque são os trabalhadores que tudo produzem, não os capitalistas. Se os trabalhadores não trabalharem, nada se produz.

Seja qual for a greve, seja qual for o sector, a cessação da produção importa “consequências sociais”. É assim, por razões óbvias: os bens e serviços servem para alguém e alguma coisa, se não ninguém os produziria. A doutrina oficial do capitalismo diz, aliás, que “o mercado” representa a melhor maneira de satisfazer as necessidades sociais. Portanto, tudo o que é produzido há-de corresponder a uma necessidade social, que deixa de ser satisfeita se a produção for interrompida.

O acórdão cita uma série de direitos fundamentais que a greve dos professores lesaria: começa no direito (das crianças) à educação e, daí vai esticando, até chegar ao direito ao trabalho (dos pais!), que, deixando de ter onde depositar os filhos, vêem “posta em risco” a sua relação de trabalho.

Vejamos: uma greve prolongada dos operários padeiros faria desaparecer o pão dos mercados. Na lógica do acórdão, interferiria, portanto, com o direito à alimentação, visto que praticamente nenhum cidadão pode suprir as suas próprias necessidades em pão. Uma greve prolongada dos operários da construção impediria ou atrasaria a construção de casas, interferindo, portanto, com o direito à habitação dos outros cidadãos (e deles próprios). Uma greve dos condutores de autocarros ou comboios interferiria com o direito dos outros à mobilidade – e até, bem esticado ao jeito do acórdão, com o direito ao trabalho dos que deixam de poder dirigir-se ao seu emprego.

“Provando” que as greves atentam contra uma série de outros direitos constitucionais, no que é, no fundo, um ensaio de considerandos de uma lei de proibição da greve, o acórdão conclui que a extensão dos serviços mínimos não deve depender dos casos (já de si extensos) explicitamente mencionados na lei (que, no caso da educação, se reduzem ao caso do período de exames), devendo antes resultar da ponderação caso a caso das “necessidades sociais impreteríveis” cuja satisfação se entenda a greve prejudicar.

Ora, restrições a um direito fundamental, constitucional e de efeito imediato como o direito à greve só podem, para um jurista sério, resultar estritamente da letra da lei. Se assim não for, tal direito deixa de ter força primária, já que fica a priori sujeito a todo o género de interpretações e ponderações casuísticas – e deixa de ser um direito fundamental, primário.

Acresce que o “sopesar de diferentes direitos” é o domínio da política. Não tem nada de jurídico. É claro que o que os acordeonistas querem é fazer política, derrotar a greve dos professores. Como a Constituição e a lei os obrigariam a só poder decretar serviços mínimos se estivessem directamente em causa exames nacionais (não estão), eles ufanam-se de “fazer jurisprudência”, ao dizer que a extensão dos serviços mínimos há-de passar a ser sempre resultado da apreciação casuística de três indivíduos como eles,

controlados pelo Estado.

O acórdão “faz jurisprudência” em mais um aspecto. A certa altura, diz que a “única questão que se coloca ao presente Tribunal Arbitral é se, neste momento, se poderá afirmar, indubitavelmente, que o efeito acumulado destas greves já atingiu o ponto, no que respeita à actividade docente, em que a não fixação de serviços mínimos coloca em causa a satisfação de necessidades sociais impreteríveis (...)”. O Tribunal responde pela negativa (ainda não atingiu); mas adivinha-se a implicação: uma vez estes sábios convencidos de que se tenha atingido o tal “ponto”, e visto que a tal “necessidade social impreterível” só pode valer para todos os alunos por igual, os serviços mínimos a decretar em tal “ponto” serão por certo iguais aos “serviços máximos”: a greve ficará proibida.

Segundo a nova lei, assim fundada pelos acordeonistas, os serviços mínimos passam a depender da opinião política que tais três indivíduos tenham do balanço de ganhos e prejuízos que a greve causa à “sociedade”, segundo os vários direitos em conflito – e se há coisa que não falta são direitos potencialmente em conflito: o direito à propriedade, o direito da concorrência, o direito à educação, o direito ao trabalho, enfim, o que vier a talhe de foice.

Ora, o sopesar desses direitos e interesses em conflito depende estritamente da posição e opinião política e social de cada um. O professor em greve acha que o sacrifício (em primeiro lugar, o seu!) vale a pena para tentar manter o seu salário, reaver direitos legítimos retirados por um governo anterior, defender o estatuto e qualidade da sua profissão, defender a escola pública e o futuro das crianças: defender, em suma, o direito à educação.

Para outros grupos, os que se regem exclusivamente pela lei de Bruxelas e Franqueforte, tudo depende de se o défice sobe ou desce e se o investimento privado, ao lóbrigar salários baixos e lucros altos, aumenta, ou, se não, diminui.

O objecto das políticas não é mais do que a luta entre classes e grupos sociais com interesses opostos: lutando cada grupo por que penda para o seu lado a balança de perdas (ou omissões) e ganhos causem “à sociedade”.

O objecto do acórdão é, assim, político. No fundo, o acórdão diz que deve deixar de haver direito à greve, substituído por um direito a pedir autorização ao Estado para fazer greve, autorização dada segundo o que o Estado entender conveniente, importante ou impreterível.

A política de educação do governo está a pôr em causa o direito à educação, ao deixar milhares de alunos sem professores; ao não assegurar a substituição dos milhares de professores que se aposentarão nos próximos anos; ao não assegurar a formação específica dos licenciados contratados à pressa para tapar buracos; ao não assegurar condições de aprendizagem por impor turmas demasiado grandes, escolas mal aquecidas (atentado, também, ao direito à saúde). Só pelas óbvias opiniões políticas dos acordeonistas se pode compreender não lhes ocorrer que, em tais condições, talvez se impusesse decretar “serviços mínimos” ao governo para salvaguardar os direitos constitucionais dos alunos...

Como tão-pouco ocorre aos acordeonistas impor ao governo serviços mínimos para resguardar o direito fundamental dos professores a verem os seus contratos cumpridos, quando os rendimentos e as futuras pensões dos que ingressaram de boa fé na profissão foram cortados em 20% ou 25% nos últimos 20 anos, violando expectativas legítimas. Porque não lhes ocorre, por exemplo, impor ao governo o “serviço mínimo” de não riscar da carreira dos professores mais de seis anos de trabalho efectivamente realizado?

Ou, simplificando, porque não ocorrerá aos ilustres juristas sugerir ao governo que acabe imediatamente com a greve e, por conseguinte, com os conflitos de direitos, satisfazendo as reivindicações dos profissionais da educação? Até já António Costa reconheceu que eram justas...

Tal não lhes ocorre; e por uma boa razão: é que nada disto são questões jurídicas. São questões políticas, da luta de classes. Os acordeonistas não fazem direito. Fazem política, fazem luta de classe: fazem a luta de classe do patronato e do seu governo contra os trabalhadores.

O ministro da educação lamentou-se de não estar habituado a lidar com greves “imprevisíveis”, controladas pelos próprios trabalhadores, em vez das greves simbólicas, um dia aqui, outra jornada acolá, da previsível direcção sindical favorita do ministro; greves só com efeito no bolso dos grevistas, acabando no seu cansaço, na derrota e na desmoralização, sem chegar a assustar o patrão. As greves dos sindicalistas “do sistema”, termo usado com orgulho pelo chefe da Fenprof, M. Nogueira, são fofas para os Costas, não lhes fazem moossa.

Os “serviços mínimos” tornaram-se na arma política de eleição para destruir o direito à greve. A tendência já não se pode ignorar. Os serviços mínimos ultimamente decretados às greves dos transportes já implicam manter pelo menos um quarto do serviço a funcionar.

Agora, é a vez dos professores. O que está em risco, com esta política do governo – é a democracia.

política

A União Europeia exige a privatização das pensões de reforma dos trabalhadores

As massas trabalhadoras resistem

MILHÕES NA RUA E EM GREVE EM FRANÇA E NA GRÃ-BRETANHA

Quando a UE exige sistematicamente aos governos a destruição do sistema de reformas por repartição/solidariedade, em que os trabalhadores actuais pagam com as suas contribuições as pensões da geração anterior, não é por acaso. Há negócios chorudos a fazer (ver caixa ao lado).

Em Portugal, um dos exímios aplicadores desta política de destruição foi Vieira da Silva, ex-ministro de vários governos do PS. A idade da aposentação tem subido constantemente; o valor real das pensões descido.

O aumento de 5 anos na idade de reforma exigido pela UE num relatório de 12 Março de 1997 impôs-se, na altura, a todos os países.

Na Alemanha, em 2007, o governo de coligação CDU-SPD, o presidente do SPD, Muntefering, então vice-chanceler de Merkel, impôs a reforma aos 67 anos apesar da resistência dos sindicatos e de sectores do SPD.

Na Grã-Bretanha, entre as reivindicações das centenas de milhar de grevistas está a recusa do aumento do tempo necessário para a aposentação, que já vai nos 66 anos.

Na Bélgica, o governo "socialista" mantém a idade para a reforma aos 67 anos, apesar de ter feito campanha eleitoral pelos 65.

Na Itália, a idade de reforma está nos 67 anos desde 2011, com a aprovação do partido democrático, "de esquerda" (ex-PCI e sectores da democracia cristã), no parlamento.

Em França, no entanto, nas grandes empresas públicas e na função pública, os trabalhadores conseguiram regimes especiais, definidos num Estatuto/código, garantido pelo Estado. Trabalhadores em profissões de maior desgaste (enfermeiras...) podem reformar-se 5 anos mais cedo. Tais direitos e regimes espe-

ciais complicam a política de privatização, por exemplo nas indústrias eléctricas e do gás, onde os reformados, após 37,5 anos de actividade, tinham pensões garantidas para a vida a 75% do último salário, calculadas na base dos últimos 6 meses de trabalho e com os mesmos direitos como se estivessem no activo. A UE, na sua demanda incessante por fazer baixar o custo do trabalho, exige o fim dos regimes especiais.

A "recomendação" da Comissão de 23 Junho de 2022, refere textualmente (ponto 20) que *"em França o nível elevado das despesas públicas, nomeadamente os montantes para o pagamento de pensões de reforma, constituem um dos principais custos que fazem aumentar a dívida pública..."*

Fazendo-se disso eco, o presidente francês, Macron, disse, em 12 de Setembro desse ano, que a "reforma das pensões deveria entrar em vigor em início de 2023." *"Se se não resolvesse a questão das pensões, para libertar dinheiro, não se poderia investir no resto..."* Portanto: pilha-se nas pensões de reforma para engrossar o orçamento de Estado, ou para dar ainda mais ao patronato, pois, desde 2019, o governo acordou dar ao patronato, na TSU não paga, 6 mil milhões de euros anuais.

A ferocidade do ataque de Macron teve, porém, a resposta dos trabalhadores no terreno da luta de classes. Milhões têm saído à rua determinados a impedir a reforma, que pretende aumentar a idade de reforma em mais 2 anos e acelerar a capitalização e entrega aos fundos de pensões. Apesar da oposição de todas as confederações sindicais, Macron quer impor a passagem da lei a todo o custo, arriscando para isso o choque frontal com as massas.

A questão das pensões de reforma está no centro da luta de classes em toda a Europa: de um lado, a BlackRock e os seus executores em Bruxelas, Paris, Londres, Roma, Madrid, Lisboa... do outro, os trabalhadores, mobilizados para resistir e sobreviver.



A BlackRock é uma sociedade americana que gere os activos de grandes capitalistas que procuram remuneração elevada para o seus gigantes capitais. Compra e vende acções e todo o género de activos nas bolsas do mundo. Actualmente gere um valor de cerca de 10 biliões de dólares (10, seguido de doze zeros) – quase metade do PIB dos EUA e mais de 40 vezes o PIB de Portugal!

A BlackRock foi um dos "vencedores" que emergiram dos escombros da catastrófica crise financeira de 2008. Para aumentar a rentabilidade dos capitais que gere, especializa-se na constante angariação de novos capitais para alimentar a fornalha das bolsas. Uma das formas de o conseguir é tirar do controle dos Estados as caixas, sobretudo as de pensões, que teoricamente servem para dar alguma segurança aos trabalhadores. Na generalidade dos países, as caixas são (ou eram) controladas pelos Estados e pela segurança social. Representam conquistas conseguidas pelo movimento dos trabalhadores a seguir à segunda grande guerra. O objectivo da BlackRock: deitar esses milhares de milhões das contribuições dos trabalhadores nos mercados de capitais e na especulação bolsista, ganhando nas comissões e no reacendimento das cotações.

A BlackRock tem sido notícia pela influência exercida junto das instâncias da UE para acelerar a privatização das caixas de aposentações. O mercado interno de fundos de pensões, na ordem dos 700 mil milhões de euros, poderá triplicar para 2,1 biliões em 2030, tocando 240 milhões de trabalhadores, metade da população da União Europeia.

O CEO da BlackRock criticou em Franqueforte a "excessiva dependência das pensões estatais", querendo dizer que as pensões garantidas pelo Estado devem ser reduzidas ao mínimo de sobrevivência, e quem quiser ter uma pensão mais alta – e puder – que especule na bolsa. E essa mesma é a política que os governos, aconselhados pelos especuladores profissionais, estão a aplicar, sob a pressão incessante da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. É curioso, por exemplo, ser à mesma BlackRock que muitos bancos centrais encomendam os seus famosos "stress tests" para avaliar a "saúde" dos bancos...



O TRABALHO FAZ MAL À SAÚDE DEPOIS DOS 60 ANOS

tap



ENTREVISTA COM ANTÓNIO PIMPÃO, VICE-PRESIDENTE DO SNPVAC

Publicamos ao lado uma entrevista com António Pimpão, vice-presidente do SNPVAC (sindicato do pessoal de voo da aviação civil, vulgo tripulantes), dada a 25 de Janeiro.

Já depois da entrevista, um plenário dos tripulantes de bordo cancelou a greve de uma semana marcada para fim de Janeiro. A administração da TAP apresentou uma proposta "melhorada", que os tripulantes consideraram provisoriamente suficiente para suspender a greve.

A profunda indignação e mobilização dos trabalhadores pode aferir-se pelo facto de, apesar da recomendação da direcção, quase um terço da assembleia ter votado contra a suspensão da greve.

Os melhoramentos propostos pela administração incluem o fim dos cortes nos chamados *per diem*, que os tripulantes recebem pelos dias de voo.

As melhorias conseguidas ainda não representam, contudo, o retorno ao nível de salários e direitos anterior à pandemia (sem contar aumentos necessários para compensar a inflação) – apesar de, entretanto, a TAP ter regressado ao volume de negócios normal e anunciar mesmo lucros significativos.

Citado pela imprensa, o presidente do sindicato declarou, a seguir à suspensão, que *"houve acordo, mas continua a haver muita insatisfação"* e os *"problemas não desapareceram só porque houve um acordo"*, *"ao mínimo deslize voltaremos à luta"*.

Inicia-se nos próximos dias a negociação do novo Acordo de Empresa (a administração denunciou o anterior, de 2006, de modo a fazê-lo caducar o mais tardar em 2024, ao mesmo tempo que o acordo de emergência, que inclui os cortes a pretexto da pandemia).

A proposta que a administração apresentou ao sindicato é ultrajante, para usar a expressão dos dirigentes sindicais. Pretende, essencialmente, tornar definitivos os cortes salariais da pandemia e cortar a oito os direitos adquiridos.

É notório que a administração tem um mandato claro e simples, que não consiste em gerir a TAP no interesse dos clientes, dos trabalhadores ou dos contribuintes, mas unicamente em prepará-la para a privatização, reduzindo o "custo do trabalho" e, para isso talhando salários e direitos à catanada. É por esse critério que administradores receberão os seus prémios e chorudas compensações, como demonstrado no exemplo recente da administradora Alexandra Quinhentos Mil Reis, primeiro "despedida" da TAP, logo reintegrada na NAV e finalmente desgruada em Secretária de Estado do Tesouro, donde caiu com estrondo para evitar maiores estragos ao governo. E, mais recentemente, da própria grande chefe "internacional", que embolsará vários milhões se fizer o trabalho sujo bem feito.

1. Que balanço faz o SNPVAC da primeira greve dos tripulantes, em Dezembro?

A análise que o SNPVAC efectuou teve por base, não só a eficácia da greve propriamente dita e os seus efeitos directos, como também toda a subjectividade inerente a um movimento desta natureza e que desperta as mais variadas reações no seio da nossa sociedade.

Sobre os efeitos directos da greve podemos concluir que a adesão foi praticamente total, tendo sido realizados somente 3 vôos, com tripulações TAP, que não estavam afectos aos serviços mínimos decretados pelo Tribunal Arbitral. Sobre esta matéria, cabe realçar também a tentativa da TAP em esvaziar esta greve, numa manobra clara de diminuir a sua importância. Convém lembrar que a Empresa retirou a proposta que tinha em cima da mesa para apresentar ao SNPVAC, e desta forma preferiu cancelar voos com duas semanas de antecedência para evitar indemnizações a passageiros. Usou ainda a Portugália Airlines, pertencente ao grupo, não só para realizar alguns voos que, em condições normais seriam operados pela TAP, mas também para fazer algumas contratações externas de aviões e assim conseguir colmatar mais alguns cancelamentos.

Quanto aos efeitos externos da greve, podemos dividi-los em duas partes distintas. A parte externa aos Tripulantes TAP, mas ao mesmo tempo interna do grupo, que diz respeito aos restantes trabalhadores da Empresa. Claramente foi um abanar de consciências, ainda mais tendo em conta todos os escândalos que têm vindo sistematicamente a público. Realçamos a luta dos Tripulantes da Portugália, também representados pelo SNPVAC, que, cerca de um mês depois da greve, acabaram por fazer um acordo com a respectiva Administração, que veio permitir um alívio nos cortes, acabando por reduzir ligeiramente a asfixia gritante a que estavam sujeitos. Ouvimos também muitos colegas de outras áreas a darem-nos o seu apoio e um sentimento de compreensão por estarmos a lutar pelos direitos que deviam ser de todos.

Na outra vertente externa, acreditamos que, para os Portugueses em geral, foi perfeitamente justificada esta greve, já que o descontentamento patente nos trabalhadores é partilhado pela maioria dos Portugueses.

Para concluir, não poderíamos ter ficado mais satisfeitos com a realização desta greve de 8/9 de Dezembro.

2. A administração denunciou o acordo de empresa de 2006, caducando a sobrevivência deste em 2024. O acordo de emergência expira também em 2024. Em que situação contratual ficam os trabalhadores se não houver novo acordo até lá? Que consequências para os trabalhadores se ficarem sob a alçada directa do código de trabalho? Que implicações traria para o vosso trabalho no dia a dia?

Convém realçar que os Tripulantes são regulados por 4 mecanismos distintos. Em primeiro lugar, o Código Geral do Trabalho; por uma norma europeia, emanada da EASA, conhecida por FTL (flight time limitations) que entrou em vigor em 2014; pelo Decreto-Lei nº25/2022 que visa transpor algumas normas europeias para o âmbito nacional; e o nosso

Acordo de Empresa (AE)

Aqui será importante referir que o Decreto-Lei nº25/2022 veio revogar o Decreto-lei nº139/2004, tornando as normas nacionais bastante mais flexíveis para o Operador aéreo e mais prejudiciais para os trabalhadores, aumentando claramente a possibilidade de realizar mais horas de voo e com menos descanso.

Olhando para a data de entrada em vigor do Decreto-lei nº25/2022 - Março - podemos analisar a conjuntura da época e perceber que a TAP se encontrava em situação económica difícil, como aliás ainda se encontra, e que o governo tinha já nacionalizado a Companhia.

Se observarmos a data de denúncia do AE dos Tripulantes, Outubro de 2022, podemos concluir facilmente que tudo se conjugou perfeitamente com o intuito de atacar os direitos laborais desta Classe Profissional tornando-a atractiva para o futuro comprador.

Ultrapassando esta questão temporal, se não for negociado um novo AE, iremos ficar regidos pela normas nacionais e pelo FTL. Para se ter uma ideia, até os Tripulantes das companhias aéreas *lowcost* têm AEs vigentes, pelo que, se nada for negociado até 2024, caímos no sério risco das condições laborais sofrerem um enorme abalo e piorarem drasticamente.

3. A administração parece querer substituir o Acordo de Emergência pela flexibilidade geral dos direitos e salários. Está a administração a preparar a privatização, reduzindo o "custo do trabalho" na empresa e tornando-a mais "atractiva" para eventuais compradores?

Esta temática foi abordada na questão anterior, e não restam quaisquer dúvidas, um dos objectivos é reduzir as condições de trabalho dos Tripulantes e trabalhadores do grupo no geral. A proposta de AE, que veio juntamente com a denúncia do actual, é um exemplo disso. Tabelas salariais mais baixas do praticado no AE vigente; mais horas voadas; menos descanso.

Para se ter uma ideia, os custos totais da Empresa com os trabalhadores representam cerca de 12% de todas as despesas da TAP. Se olharmos para as nossas congéneres Legacy - ex Companhias de Bandeira - observamos que os custos com trabalhadores se situam na casa dos 20%. Estamos neste momento equiparados a uma Ryanair em termos de custos com massa salarial dos trabalhadores.

Outro receio atualmente é tentar perceber e evitar que a TAP seja novamente privatizada à pressa, levando ainda a uma maior degradação de todo o ambiente e condições de trabalho.

4. Que propôs a administração face à greve dos tripulantes de Dezembro, levando-vos a convocar uma greve mais dura para finais de Janeiro?

A proposta acabou por ser uma mão cheia de nada, o que levou ao sentimento de uma tremenda injustiça, por parte dos Tripulantes, devido a todos os acontecimentos polémicos e ao facto de a Empresa estar prestes a, aparentemente, apresentar lucros históricos. A operação atingiu níveis novamente idênticos aos de 2019 mas com menos 1000 tripulantes. Através desta constatação poderá verificar-se

Continua na pág. 8

Luta de classes

A LUTA DOCENTE

José Oliveira, professor reformado, co-fundador do S.TO.P.

Resposta a algumas questões centrais:**1 – Comissões de greve**

Uma das ideias-chave avançadas pelo S.TO.P. no início desta luta, tem a ver com a estratégia descentralizada a desenvolver nos locais de trabalho. Assim, a direcção tem sugerido aos colegas que se organizem nas escolas para formar comissões e fundos de greve da maneira que for considerada mais adequada e de acordo com as diferentes condições de cada local, sem haver obrigação de obedecer a qualquer directiva uniforme. Neste sentido, as pessoas por sua iniciativa foram tomando as posições que lhes pareceram as mais efectivas e mais ao seu alcance.

2 – Adesão e sentimento das bases

A massiva adesão e entusiasmo das bases às iniciativas do S.TO.P. significam que esta estrutura sindical soube interpretar de modo adequado o sentir da classe, o profundo mal-estar, a indignação e a revolta que os profissionais da educação sentem no contexto das sucessivas medidas que os vários governos têm vindo a tomar, agravadas por declarações altamente provocatórias por parte do respectivo ministro, recentemente legitimadas pelo chefe do governo. Os profissionais estão justamente indignados igualmente pelo facto de a tutela não só se recusar a reconhecer os problemas e as suas causas, mas pior que isso, insistir em criar novos problemas onde não existiam, em vez de resolver os já existentes, com frequentes manobras destinadas a mudar o foco e desviar as atenções. A situação comprova que o governo não tem nenhuma política para a educação a não ser cumprir as instruções das autoridades da União Europeia de baixar a qualquer preço os custos orçamentais, reduzindo a escola pública a uma escola sem qualidade para “os pobres” e incentivando o desenvolvimento do ensino privado para os endinheirados.

A consciência de todos estes problemas fez despertar a classe de uma maneira que já não se via há anos. De repente, um enorme número de docentes e outros profissionais da educação perderam o medo, superaram a inércia e decidiram vir para as ruas, não apenas nas marchas principais, mas também e seguindo as indicações do S.TO.P., saírem para o exterior das escolas para posições públicas, inclusivé em concentrações frente às câmaras.

3 – Números

Quanto a estatísticas, os serviços do S.TO.P. manifestamente não têm meios para fazer essa avaliação de modo exacto, pois o desenrolar das greves tem sido

muito desigual, com muitas variantes diárias dentro de cada escola, muito descentralizadas como já se disse e tudo isso dificulta uma avaliação numérica. De qualquer modo, a ideia sempre foi estimular as escolas a assumir posições públicas e isso foi-se generalizando a todo o país, de norte a sul, bastando visitar alguns sites mais ligados ao tema para se ter ideia de como as acções se estenderam um pouco por todo o lado.

4 – Marchas e unidade

Para além disso, as duas históricas marchas em Lisboa que congregaram cada uma cerca de 100.000 pessoas, evidenciam um profundo descontentamento da classe, a que se associaram outros profissionais e outras camadas sociais que mostram como a sociedade está abertamente descontente com estas políticas. Cumpre ainda questionar onde estavam então as grandes estruturas sindicais nessas marchas?

Com as bases não estavam com certeza. Naturalmente que Mário Nogueira, líder da FENPROF, que começou por assumir posições de crítica e distanciamento face a esta luta, tentando adiar para mais tarde o confronto com a tutela, acabou por ter de reconhecer estar a perder o controle dos acontecimentos e foi obrigado a rever a sua estratégia. Como sucedeu em outras ocasiões, desta vez também chegou tarde, mas tudo tem feito para recuperar o tempo perdido com o acampamento frente ao Ministério da Educação e o lançamento das greves por distrito que têm tido elevada adesão.

Por outro lado, é facto que a iniciativa de Mário Nogueira de exigir uma mesa única nas negociações, é uma medida positiva. O facto de ainda nenhuma das organizações ter acompanhado as falácias propaladas pelo Secretário de Estado, é um claro sintoma de uma unidade na acção.

5 – Serviços mínimos

Como já acontecera há 4 anos aquando do aparecimento do S.TO.P., a tutela tem tomado diversas medidas anti-greve apontadas sempre contra as iniciativas deste sindicato. Neste contexto foram decretados os serviços mínimos, bem como a iniciativa jurídica de colocar em causa os fundos de greve dinamizados por esta estrutura. Como André Silva declarou publicamente, os serviços jurídicos do S.TO.P. consideraram ilegal esta posição do Ministério da Educação, estando em curso a respectiva contestação, apesar de apelar às bases para que entretanto cumpram as directivas da tutela. A própria FENPROF também acaba de anunciar não aceitar limitações do direito



à greve.

Neste momento, não é possível prever o que se vai seguir, visto haver demasiadas variáveis em jogo.

Por um lado, a tutela permanece inamovível e insiste em medidas laterais, não querendo resolver nenhuma das questões centrais. O primeiro ministro Costa é conhecido por ser refractário a reformas de fundo, bem como por se esforçar em manter em funções ministros já completamente queimados por acções repetidamente desastrosas, como é o caso do ministro João Costa ou foi o de Cabrita, entre outros. Isso parece indicar que as hostilidades se vão manter.

Por outro lado, o facto de a FENPROF ter finalmente decidido entrar a sério na luta e assumir uma posição forte nas negociações, faz acreditar que o conflito está para durar.

Mas independentemente de tudo isso, e apesar da forte indignação e revolta das bases contra não apenas a situação profissional, mas também contra a menorização, humilhação e desvalorização com que a tutela insiste em tratá-la, a verdade é que as pessoas estão cada vez mais confrontadas com uma exaustão em termos económicos e parece claro que não poderão manter por muito mais tempo o braço de ferro.

Das conversas que tenho tido com muitos colegas é este sentimento misto que ressalta. Determinação acompanhada da noção dos limites. Tudo indica que o governo está a apostar nisso mesmo.

Acresce ainda que todos os recentes escândalos que a imprensa chama “casos” como os prémios milionários na TAP, por exemplo, vão mostrando que há sempre todo o dinheiro para quem manifestamente não precisa e nunca há o suficiente para pagar a quem tem o direito de receber aquilo que lhes foi roubado. Todas estas situações não podem deixar de provocar a mais legítima revolta tanto nos profissionais abrangidos como na sociedade em geral, porquanto mostram a erosão do já pouco que há de democrático no sistema e nas instituições.

admoestarem os Costas: "Cuidado! Não se pode ceder aos professores, isso nem pensar, devolver-lhes o que é direito deles, não, os professores são um custo orçamental, são défice, são dívida, o que conta são os compromissos europeus... Mas ó Costas, mesmo assim, vejam lá, desarrinquem lá um gesto qualquer que saia barato e os faça ir para casa e reabrir a escola! Porque se não... ele foi as greves na TAP, ele é a dos professores, a dos ferroviários... é preciso cuidado, não se sabe onde é que isto vai parar! Se esta gente perde o medo, somos «nós» que ficamos entalados entre a espada da "rua" e a parede do Berlaymont (sede da UE)!"

Ficaram com medo.

"Eles" viram que os professores não se cansam. Quando os quiseram desmobilizar e dividir, os professores mobilizaram-se, organizaram-se, uniram-se, arrastaram atrás deles todas as direcções, até as "do sistema", receosas de perder o pé.

"Eles" julgaram que iam ter paz: o governo, a fazer o seu trabalho de carrear



ordens e fundos de Bruxelas e cortar salários e direitos, os gabinetes de advogados e empresários de sucesso a canalizar, peneirar e embolsar os milhões, as direcções sindicais "do sistema" a organizar greves e jornadas "responsáveis", às pinguinhas, sem efeito prático a não ser dividir e cansar e desmoralizar.

É certo que este governo e os anteriores saíram do voto dado pelos trabalhadores para impedir o regresso dos da troika. Mas "eles" acharam que, agora até com a estabilidade da maioria absoluta, iam poder continuar, felizes e contentes, os seus lucrativos joguinhos e manigâncias.

Enganaram-se.

Julgaram que os trabalhadores iam aceitar, submissos, trabalhar cada vez mais tempo por cada vez menos salário, habitar em buracos cada vez mais ínfimos, infames ou longínquos, "habituarem-se" a um futuro de pensões de miséria.

Enganaram-se.

Os professores encheram a rua. E encheram-nos de medo a "eles".

Porque os professores, os trabalhadores, são os muitos.

E "eles", com todo o seu poder, são os muito poucos.

Não os vamos deixar em paz, decidiram os professores.

"Julgaram que os trabalhadores iam aceitar, submissos, trabalhar cada vez mais tempo por cada vez menos salário, (...), "habituarem-se" a um futuro de pensões de miséria." "Enganaram-se"

As direcções sindicais e políticas do movimento dos trabalhadores que têm garantido a estabilidade do regime, como a direcção da Fenprof, cujo chefe se auto-intitulou "sindicato do sistema", viram-se obrigadas, desta vez, a juntarem-se a um movimento de massas que as atropelou. Agora repetem, com os professores, "não paramos". E, com os professores, repetem "6 anos, 6 meses, 23 dias" (apesar de antes os terem dado de bandeja na "negociação").

Muito bem.

Mas, passada a manifestação, é necessário que continuem a repetir o que os professores querem.

Para já, parecem antes querer voltar à antiga. Prometeram novas manifestações

para Março – e, até lá, nada, dando tréguas ao outro lado.

Só o S.T.O.P. mantém a greve por tempo indeterminado. O governo aproveita: acaba de decretar a quase total proibição da greve do S.T.O.P., com serviços mínimos extensos, sem precedentes – como prevíamos no artigo publicado neste número sobre o acórdão do "colégio arbitral", publicado em linha logo que o acórdão inicial saiu.

A manobra do governo de aproveitar a brecha da divisão nas formas de luta para atacar separadamente o S.T.O.P. é transparente. Mas o novo acórdão não ataca apenas a greve dos professores e o S.T.O.P.. Os serviços mínimos que decreta ferem de morte o direito à greve de todos os trabalhadores.

A resposta tem de ser unida. Todos os sindicatos devem declarar também eles greve, repetir nas formas de luta nas escolas a frente unida que os professores impuseram nas marchas.

E as centrais sindicais têm de cumprir com urgência o mandato para que existam - unir as greves e lutas de todos a caminho da greve geral:

- pela indexação dos salários à inflação e pelo seu aumento geral;
- pelas 35 horas para todos;
- pelo confisco dos super-lucros da guerra e da inflação;
- pelo congelamento das rendas de casa, das prestações do crédito à habitação e dos preços dos bens de primeira necessidade e combustíveis;
- pela revogação das leis laborais da troika, o fim definitivo da caducidade, o regresso à contratação colectiva para todos;
- pelo fim da uberização e da precariedade.

Os professores apontaram o caminho a seguir, o caminho da unidade e auto-organização na base para impor depois a unidade também no topo: plenários nas empresas e serviços para aprovar as reivindicações urgentes, eleger delegados e organizar a resistência, com os sindicais e comissões de trabalhadores, ligar e coordenar as lutas e as greves e organizar a greve geral!

"as centrais sindicais têm de cumprir com urgência o mandato para que existam - unir as greves e lutas de todos a caminho da greve geral:

- pela indexação dos salários à inflação e pelo seu aumento geral;
- pelas 35 horas para todos;
- pelo confisco dos super-lucros da guerra e da inflação;
- pelo congelamento das rendas de casa, das prestações do crédito à habitação e dos preços dos bens de primeira necessidade e combustíveis;
- pela revogação das leis laborais da troika, o fim definitivo da caducidade, o regresso à contratação colectiva para todos;
- pelo fim da uberização e da precariedade!"



A RESPOSTA DO GOVERNO:



UMA MÃO-CHEIA DE AMEAÇAS DE REPRESSÃO

Depois das marchas maciças do mês de Janeiro, a resposta do ministro e do governo (e do presidente) às reivindicações do ensino, universalmente tidas como justas e urgentes, tem-se resumido a:

- ameaçar ilegalizar a greve e os fundos de greve... ("examinar a legalidade da greve");
- e a ameaçar – entretanto, concretizou-se a ameaça – criminalizar a greve, decretando "serviços mínimos" tais, que, sobretudo com o segundo "acórdão", literalmente a neutralizam e proibem.

Não é novidade. Os governos de Costa (incluindo os da geringonça), ante greves verdadeiras, não subordinadas à "previsibilidade" das "jornadas de luta" e manifestações simbólicas dos Mários Nogueiras deste mundo (que, como o dito recentemente admitiu em entrevista à TSF, são parte integrante do sistema), responderam com a polícia de choque contra os estivadores, o exército contra os motoristas, a difamação contra os enfermeiros...

Mas os professores e profissionais da educação chegaram ao limite do que podem tolerar. A inflação continua-lhes a cortar os salários dia após dia. Muitos, vistos os preços da habitação, vêm-se obrigados a pagar para trabalhar – enquanto o futuro que lhes reservam é a destruição da carreira e pensões de miséria ao fim de décadas de precariedade.

Augusto Santos Silva, a democracia e quem faz a cama aos fascistas

O governo decretou, pois, "serviços mínimos" que nunca houve no ensino (ver pág. 2); em segunda estocada, impôs um mínimo de 3h de aulas por turma, metade ou mais da carga horária "normal" de um professor. Entretanto, os seus juristas estudam como declarar a greve "ilegal".

Isto, perante três marchas que reuniram não longe da totalidade dos professores do país em Lisboa, unidos e determinados a lutar por direitos que lhes foram roubados, pela escola pública, por não caírem na miséria.

Em que se distingue este comportamento do governo, de atacar directamente e à bruta o povo, da prática habitual dos governos autoritários do grande capital que, quando, confrontados com ameaças à sua "estabilidade", se desembaraçam das peias da "democracia" e chamam a polícia, a tropa e, quando já nada mais funciona, bandos de caceteiros a soldo?

"Santos Silva denuncia os «anarco-sindicais»", Ventura quer conquistar a rua com suor e sangue"

Curioso, pois, que o grande democrata Augusto Santos Silva, actualmente chefe da Assembleia da República e avisador e perorador múltiplo sobre os perigos da extrema direita, tenha, no tom sibilino que lhe é próprio, proferido, contra as mobilizações encabeçadas pelo S.T.O.P. (mas, na realidade, fruto da auto-organização de professores e não docentes), o anátema de representarem um "modelo

anarco-sindical" e "manipularem a greve".

Não pode admirar ninguém que ASS adore os "modelos" sindicais que esgotam os trabalhadores em um dia ou umas horas de greve e manifestações rituais de vez em quando, cujo efeito é dar aos chefes uns minutos de acesso à comunicação social e depois ficar tudo rigorosamente na mesma.

Mas o seu anátema lembra arrepiantemente os chamamentos à intervenção de hordas fascistas contra o movimento operário e a "anarquia causada pelas suas greves" de que a história está cheia, nomeadamente nos anos vinte e trinta do século passado, também, aliás, em Portugal.

O sempre espertalhão Ventura, que não perde uma, farejou a oportunidade, dizendo, no congresso do seu bando, que iria "conquistar a rua" com o "suor e o sangue". E pede aos seus seguidores para se prepararem para assaltar o movimento sindical.

Só que contra a anarquia assassina da economia capitalista e contra as hordas fascistas, que são o último recurso do capital para defendê-la, a única barreira verdadeira é a auto-organização das massas trabalhadoras, de que os professores e profissionais da educação têm dado brilhante exemplo. De uma coisa podemos estar certos: enquanto forem os trabalhadores a encherem as ruas com a sua luta organizada, os fascistas não se atreverão a pôr lá o pé, quanto mais "conquistá-la".

Assim fazem os grandes democratas a cama ao fascismo.

ENTREVISTA COM ANTÓNIO PIMPÃO, VICE-PRESIDENTE DO SNPVC

Continuação da pág. 4

que as condições de trabalho foram muito afectadas, nomeadamente com um aumento das horas voadas e uma diminuição do tempo de repouso.

Estava na hora de oferecer algo que representasse um alívio financeiro, através das reduções dos cortes, mas também oferecer as condições de trabalho necessárias para que se possa exercer condignamente a sua profissão. Algo que, infelizmente, não aconteceu.

5. Sendo uma parte importante das reivindicações dos tripulantes comum a todos os sectores de trabalhadores da TAP (restabelecimento das condições em vigor antes dos ATE, aumentos salariais que compensem a inflação, rejeição da precarização), não estariam reunidas as condições para uma luta unida de todos os trabalhadores da empresa?

Estamos certos que a luta conjunta deveria ser uma preocupação de todos os Sindicatos afectos ao grupo. Durante Maio e Junho foi criada uma Plataforma Sindical, tendo sido o SNPVC um dos grandes impulsionadores, que visou combater a redução dos cortes. A dada altura, as medidas alcançadas foram tão insignificantes que exigiam-se novas formas de luta, através de ações concertadas. O SNPVC sempre tentou ir mais além em conjunto, mas a verdade é que acabámos por ir à luta sózinhos.

Estamos no entanto disponíveis para, dentro das boas relações institucionais já existentes, começar a trilhar um caminho que irá acabar com o fim do ATE.

6. A marcha pela escola pública de 14 de Janeiro, que reuniu uma enorme multidão em Lisboa apesar da oposição dos sindicatos teoricamente maioritários no ensino, parece mostrar que os trabalhadores estão dispostos a passar por cima das direcções sindicais imobilistas e comprometidas com a perda sucessiva de direitos e garantias. Qual a vossa opinião sobre a possibilidade de mobilizações unidas em larga escala para resistir ao desmantelamento dos direitos dos trabalhadores e mesmo dos serviços públicos?

A nossa preocupação como Dirigentes Sindicais é a possível quebra de força das Instituições que representam os Trabalhadores. É necessário que o Sindicalismo se mantenha vivo para que as pessoas possam sentir que os seus direitos são defendidos. Se calhar é necessário caminhar novamente para um Sindicalismo revolucionário que caracterizou o início do Séc. XX. Uma coisa é certa, não podemos ficar calados, temos de continuar a lutar, de preferência unidos, temos que exigir respeito e dignidade.

Relembramos que em Agosto de 2022 foi realizada a marcha por 3 dos maiores Sindicatos da TAP, SNPVC, SPAC e SISTEMA. No grupo TAP parece-nos entretanto que cada um foi seguindo o seu caminho, mas continua esta Direcção a acreditar que é possível um movimento mais agregador, não só na TAP, como a nível geral no país.

Juntos somos mais fortes.

guerra na ucrânia

UM ANO DE GUERRA NA UCRÂNIA

Sessão contra a guerra na Ucrânia, pela paz

Sábado,
25 de Fevereiro de 2023 às 19h,
Associação José Afonso,
Rua de S. Bento, nº 170, Lisboa

Oradores convidados:
Coronel C. Matos Gomes,
Raquel Varela, Pedro
Caldeira Rodrigues.

Apoiantes:
Mário Tomé, Adriano Zilhão, José Casimiro.

- **NÃO À GUERRA! PELA PAZ, CESSAR FOGO IMEDIATO!**
- **NEM PUTIN, NEM BIDEN, NEM NATO**
- **TROPAS RUSSAS, ARMAS DOS EUA E DA EUROPA, FORA DA UCRÂNIA!**
- **NEM UMA SÓ ARMA PARA A GUERRA!**
- **NATO FORA DA EUROPA**
- **REPATRIAMENTO DOS SOLDADOS PORTUGUESES DA EUROPA DE LESTE**

PLATAFORMA
CONTRA A
GUERRA

**NEM PUTIN
NEM NATO**

Faz um ano que, com a invasão das tropas do regime oligárquico de Putin, começou a guerra na Ucrânia.

O contexto de que a guerra emergiu é conhecido: o cerco cada vez mais apertado do dispositivo militar da NATO à Rússia nas últimas décadas, selado pelo pedido de adesão à NATO do regime ucraniano saído do golpe de 2014. A natureza da guerra também é cada vez mais clara: com o exército de Zelensky inteiramente financiado, equipado, treinado e comandado pelos EUA e pela NATO, é uma guerra entre as grandes potências imperialistas “ocidentais”, com os EUA à cabeça, e a Rússia. Está em jogo o controle pelo grande capital americano e europeu dos enormes lucros que podem ser extraídos da Rússia e da Ucrânia. Os interesses que se entrecrocaram são estranhos aos trabalhadores e povos da Rússia, da Ucrânia, da Europa e do mundo.

Recentemente, a Alemanha e os Estados Unidos – e, também, Portugal – declararam que irão fornecer tanques pesados ao governo da Ucrânia, permitindo-lhe lançar uma guerra ofensiva. Para o mesmo efeito lhe têm sido fornecidos sistemas de mísseis de cada vez mais longo alcance; anunciaram-se aviões. A NATO é, sem disfarce, parte beligerante. Aumenta incessantemente o risco de alastramento da guerra.

Dezenas de milhar de jovens soldados russos e ucranianos perderam entretanto a vida, assim como milhares de civis. A destruição é assustadora.

Enquanto o regime dos oligarcas de Moscovo multiplica medidas contra a resistência e os trabalhadores russos, o regime dos oligarcas de Kiev proíbe partidos e sindicatos e introduz um código do trabalho que reconduz as relações laborais ao capitalismo selvagem do século XIX. Ambos os regimes oprimem os trabalhadores e as minorias nacionais e linguísticas.

Não obstante, a resistência dos povos toma forma. Um ano depois do início da guerra, é evidente a resistência à guerra na Rússia, nomeadamente a das mães dos soldados mobilizados.

A guerra e as sanções decretadas contra a Rússia pelos Estados Unidos e pelos países da NATO têm consequências desastrosas nos países “ocidentais” e no mundo em geral – mas não as mesmas para todos! Enquanto os trabalhadores vêem os preços da energia e da alimentação a disparar e o seu poder de compra a cair a pique, as petrolíferas, a finança, as grandes empresas de armamento e os grandes grupos do comércio a retalho batem todos os recordes de lucros.

A guerra imperialista na Ucrânia e a guerra social contra os trabalhadores em todos e cada país são, assim, parte do mesmo movimento de concentração capitalista da riqueza em meia dúzia de multibilionários e de alastramento da pobreza a camadas cada vez mais vastas, nos países pobres, mas também nos países mais ricos.

Lutar contra a guerra é lutar contra o regime de exploração capitalista!



Em plena onda de protestos, com milhões em greves e manifestações nas ruas, o vice-presidente da confederação patronal, Medef, Patrick Martin, está preocupado: *“O debate encaminha-se para um referendo pró ou anti-Macron”*. Razão do seu medo: em tal referendo, o “anti-Macron” poderia vencer.

Macron está isolado. Isolado diante da opinião pública cada vez mais contra a sua reforma e a favor da greve. Isolamento que começa mesmo a penetrar a sua própria base social. Os capitalistas são, é claro, a favor do ataque às pensões dos trabalhadores. Mas não ao ponto de deixar Macron empurrar o país para o caminho da revolução.

Macron, porém, multiplica as provocações. Anunciou 413 mil milhões de euros para a lei de programação militar e 290 mil milhões de ofertas aos patrões para a “descarbonização”. Depois, derr-

ma lágrimas de crocodilo por alguns milhares de milhões “que faltarão” (pura mentira) na previdência, repetindo que será esta a razão pela qual vai manter o seu projeto a todo custo. Não é de admirar que cada vez mais franceses estejam convencidos de que este governo lhes mente continuamente “com todos os dentes que tem na boca”.

Se persistir, Macron transformará o que já é uma enorme crise social numa crise de regime. Nas manifestações, ouve-se esta pergunta: *“se Macron se recusar a retirar a sua reforma, que alternativa nos restará, senão impor a retirada do próprio Macron?”*

Macron pede ajuda. Propõe que *“o governo com os parlamentares (...) possam trabalhar o texto e adaptá-lo”* (ver caixa). O truque é grosseiro. É público que ele já “tirou da manga” os artigos 49º (nº3) e 47º (nº1) da Cons-

tituição, que lhe garantem a aprovação da lei nos próximos 50 dias, faça a Assembleia Nacional o que fizer.

A menos que...

Tudo está concentrado na luta de classes. As greves e manifestações abalaram o regime. A organização de uma greve geral maciça poderá obrigar Macron a recuar. Ou a sair.

Os deputados de “esquerda” que apoiam a mobilização dos trabalhadores e dos jovens fariam bem em não cair na armadilha que Macron lhes armou.

“Emendar” esse projecto serviria apenas para dar ao golpe uma aparência democrática. Por isso, em solidariedade com os grevistas e os manifestantes, os deputados da coligação “de esquerda” Nupes deveriam recusá-lo liminarmente. E, muito simplesmente, recusarem sentar-se na Assembleia enquanto o governo não ceder.

O mandato “da rua” é claro: retirada total do plano Macron-Borne. O respeito por este mandato levanta a questão da greve geral. Se o governo persistir, as confederações sindicais que convocaram as greves e manifestações terão outra hipótese, para fazê-lo ceder, a não ser chamar, em unidade, à paralisação do país?

Quanto mais Macron se apega à sua contra-reforma, mais a questão do poder se coloca.

“Que se vá embora ele com a sua reforma!” pode, amanhã, passar a ser a palavra de ordem de milhões e milhões de mulheres e homens mobilizados em greves e manifestações.

Governos de direita como de “esquerda”:

30 ANOS DE ATENTADOS

- 1991.** Rocard, primeiro-ministro PS de Mitterrand quer estabelecer um sistema de pensões por pontos. Acaba por renunciar, porque seria matéria para rebrantar com cinco ou seis governos”.
- 1993.** Balladur, primeiro-ministro de Mitterrand, reduz as pensões dos trabalhadores do sector privado, calculando-as pelos melhores 25 anos, em vez de 10. O período contributivo passa de 37,5 para 40 anuidades.
- 1995.** Juppé, primeiro-ministro de Chirac, ataca a Segurança Social, os regimes especiais e o Código de Pensões da Função Pública, com o apoio da CFDT. Milhões de trabalhadores (do público e do privado) mobilizam-se com a FO e a CGT. O governo é forçado a retirar o ataque aos regimes especiais e ao código de pensões. Sobram do plano as leis que limitam os gastos com a Segurança Social.
- 2003.** Fillon, ministro de Chirac, fixa a duração da contribuição dos funcionários públicos em 40 anuidades.
- 2010.** Woerth, ministro de Sarkozy, fixa a idade de aposentação em 62 anos.
- 2013.** Marisol Touraine, ministra de Hollande, fixa o período contributivo em 43 anuidades para as gerações nascidas a partir de 1973.
- 2020.** Macron tenta introduzir um regime de pensões baseado apenas em pontos. Após protestos de milhões de trabalhadores, a reforma é suspensa em 16 de março.
- 2022.** Macron ataca novamente as pensões. Entre as principais medidas anunciadas: o aumento da idade legal de aposentação de 62 para 64 anos para todos os trabalhadores (autónomos, privados e funcionários públicos), da geração nascida em 1961 e por mais três meses em cada ano até 2030; a extensão do período contributivo para 43 anos para a geração nascida em 1965 (em vez de 1973 com a reforma Touraine) para beneficiar de uma pensão completa; a abolição de regimes especiais; uma pensão mínima fixada em 1.200 euros (mais 100 euros por mês) para reformados a partir de 1 de setembro de 2023.

Debates parlamentares sobre a contra-reforma da Segurança Social

ALTERAR OU NÃO ALTERAR

Macron pede aos deputados eleitos que “ajustem” o seu projecto

Perante a greve de 19 de janeiro, o porta-voz do governo, Vérán, procura apoio: *“Estamos abertos a propostas que os parlamentares possam fazer.”*

O deputado do MoDem (direita), Vigier, previa alterar o texto para *“financiar as pensões”* fazendo *“trabalhar 30 minutos a mais por semana”*. O deputado LR, (direita) Pradié, prefere *“tratar primeiro do período de contribuição”* antes de aumentar a idade de aposentação. O deputado e ex-ministro de Macron Pompili considera que o texto ainda não é *“suficientemente equilibrado para ser votado como está”*. Lavalette declara que o grupo do RN (extrema-direita) *“irá contestar passo a passo, emenda a emenda”* e *“revelar as nossas propostas”*.

E a “esquerda”? Deve *“trazer propostas para o debate parlamentar”*, declara o deputado do PCF, Roussel. O deputado da LFI (La France Insoumise), partido de Mélenchon), Panot, afirma que *“da última vez éramos 17 parlamentares rebeldes, tínhamos apresentado 17.000 emendas. Hoje somos 75”*. Outro deputado LFI, Ruffin, manifesta dúvidas em *“mergulhar na cretinice parlamentar, sabemos que não é aqui que se vai dar o essencial da batalha”*.

Num sistema de democracia parlamentar, caberia ao Parlamento fazer a lei. Os deputados teriam o papel essencial na elaboração das leis. Escolheriam os projectos a discutir, poderiam alterá-los e até rejeitar textos apresentados por representantes eleitos por minorias.

Vários políticos fingem acreditar que assim é hoje, com a contra-reforma Macron-Borne. Só que na 9ª República não é assim. A Constituição permite que o presidente decida seja em que circunstâncias for.

Deve-se ajudar Macron a dar um verniz democrático à sua “empresa”? Devem os eleitos de “esquerda” – em princípio, oposição – ajudá-lo a “ajustar” o texto, como ele pede aos eleitos?

Em Janeiro, milhões de grevistas deram um mandato àqueles que dizem falar em seu nome:

A reforma tem de ser retirada, não é possível modificá-la!

reino unido

500.000 TRABALHADORES EM GREVE

No dia 1 de Fevereiro 500.000 trabalhadores em todo o Reino Unido estiveram em greve, naquela que foi a maior acção concertada em mais de uma década: *"A mais poderosa jornada de greve em décadas. O país está praticamente parado"*, escreveu o The Guardian.

Foi o culminar das acções de luta iniciadas em 2022 por aumentos salariais que façam face à perda do poder de compra dos trabalhadores provocada pela inflação e degradação das condições de vida em geral e em defesa dos serviços públicos, mas também, e em grande medida, contra a lei anti-sindical do Partido Conservador no governo (ver caixa).

Ao fim do dia, comícios e marchas tiveram lugar, por todo o país, unindo trabalhadores de todas as filiações sindicais.

Face à nova lei anti-greve do governo, os dirigentes da central sindical TUC tinham apelado a um dia de protesto... sem convocação de greve, considerando uma "petição" contra o projeto de lei. Mas os trabalhadores decidiram de forma diferente, acreditando que o melhor meio de defesa do direito de greve era pressionar os seus sindicatos a organizá-la. O próprio chefe dos Trabalhistas, Keir Starmer, tinha condenado a greve, proibindo os deputados do seu partido de se juntarem aos piquetes de greve.

Entre os que participaram na jornada de luta a convicção dominante era de que não fora senão o princípio e que os sindicatos devem promover uma frente comum para a acção concertada.

Em todo o lado se começa a sentir a compreensão de que a escolha, e a parada, é política: de um lado, disponibilidade permanente de dinheiro para a NATO e para o patronato (veja-se a decisão de compensar os operadores privados de transportes ferroviários pelas perdas nas vendas de bilhetes durante a greve); do outro, governo, acompanhado dos dirigentes do Partido Trabalhista, a fingirem que falta dinheiro para travar a degradação das condições de vida dos trabalhadores. O que se passa é que o governo da burguesia cumpre o seu papel no quadro da luta de classes, assegurando o constante aumento das transferências de rendi-



mento do trabalho, produtivo, para o capital, parasitário, enquanto serve a política expansionista do imperialismo americano.

Se há pouco tempo uma greve nacional no Reino Unido, mesmo de apenas um dia, parecia improvável, sente-se no ar a convicção de um número crescente de trabalhadores e militantes que o 1º de Fevereiro poderá ter sido um primeiro passo para uma greve geral: uma espécie de início de uma sublevação.

O que se joga nas lutas na Grã-Bretanha

Como nos países da União Europeia, incluindo Portugal, também na Grã-Bretanha, o governo (conservador) e os patrões tentam, face ao crescendo e alastramento da mobilização dos trabalhadores e militantes, impor cada vez mais restrições ao direito à greve.

Também aqui, como em todo o mundo capitalista, é obrigação dos dirigentes sindicais organizar a mobilização capaz de derrotar estas leis anti-greve.

No início deste ano, após meses de rumores e especulações, o ministro dos transportes conservador, Grant Shapps, esboçou um novo projeto de lei para impor novos níveis de serviço mínimos durante as greves.

O draconiano projecto de lei roubaria, na prática, o direito à greve a milhões de trabalhadores, ao eliminar a eficácia de qualquer greve realizada de forma "legal".

Apesar de elaborada para atingir especificamente os sindicatos dos transportes, como o RMT, que liderou a onda de greves de 2022 na Grã-Bretanha, esta legislação representa uma ameaça a todo o movimento operário.

Ao propor este projecto de lei, a classe dominante inglesa prepara-se para prosseguir na senda dos já 12 anos de austeridade e restrições salariais com que tem tentado pôr a classe trabalhadora a pagar a crise do capitalismo; como de costume. E, com o governo de Sunak e

Hunt a tentar passar mais 50 mil milhões de libras em cortes para tentar devolver uma aparência de estabilidade ao capitalismo britânico, o pior ainda está para vir.

Esta política tem provocado reacções negativas da oposição - por norma, colaborante com a burguesia. Tais comentários, embora hipócritas - vindos de dirigentes políticos que sempre antagonizaram os trabalhadores em greve -, são a expressão de uma parte da classe dominante preocupada com o carácter incendiário das iniciativas dos Conservadores.

O *Financial Times*, porta-voz oficioso do capitalismo britânico, partilha essas preocupações, pedindo ao governo que resolva as disputas e acalme a situação por meio de negociações e concessões. Em vez disso, Rishi Sunak concentra-se em satisfazer a ala mais radical do seu partido com novos ataques aos sindicatos, expondo à luz do dia o beco sem saída em que está metida a classe dominante, cada vez mais dividida face ao aprofundamento da crise do capitalismo britânico.

Uma ala exige reformas, temendo os efeitos potencialmente explosivos de novas restrições anti-greve; outra exige repressão sem concessões, por medo de que estas restrições possam galvanizar a já "preocupante" mobilização operária.

Ainda não está claro se o projecto de lei será

realmente implementado. Fracções "sensatas" da classe dominante - aqueles que preferem a paz social aos conflitos contínuos - podem tentar bloqueá-lo, ou pelo menos atenuá-lo, preocupados com a possibilidade de se originar uma explosão social.

O movimento operário não pode pôr nenhuma fé no Parlamento ou nos tribunais. Para já, o beligerante governo Conservador parece decidido a desafiar a capacidade de resposta dos sindicatos, quando se assiste, neste país, ao ressurgimento do movimento operário industrial. Os dirigentes sindicais têm o dever de aceitar o repto, lançando, em unidade, um movimento de massas capaz de resistir à eliminação de um direito inerente à condição de trabalhador.

Somente os métodos da luta de classes - greves e protestos de rua de massas - podem derrotar os ataques anti-greve e a agenda de austeridade dos conservadores e derrubar o sistema capitalista que está na raiz dos problemas dos trabalhadores.

As leis anti-sindicais têm impedido a organização da classe operária não pela força do Estado, mas pela fraqueza dos dirigentes sindicais. Como Sharon Graham, secretária-geral do sindicato Unite, recentemente declarou: *"Se [os conservadores] colocarem os nossos direitos legítimos fora da lei, não esperem que nos submetamos às regras"*.

perú



TRABALHADORES E CAMPONESES RESISTEM CONTRA BOLUARTE

A 24 de Janeiro, milhares de manifestantes enfrentavam a brutal repressão policial na capital, Lima. Exigiam a demissão da presidente ilegítima, Dina Boluarte, e novas eleições. Dina Boluarte pediu uma “trégua nacional”. Visava pôr fim a dois meses de resistência dos trabalhadores e camponeses contra o golpe “constitucional” patrocinado pela oligarquia capitalista e as multinacionais mineiras, que derrubou o governo do presidente democraticamente eleito, Pedro Castillo.

Castillo, de origem indígena, antigo sindicalista e professor, fora eleito presidente em Julho de 2021, derrotando Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, candidata da classe dominante e das multinacionais mineiras.

Com o lema “*nunca mais pobres num país rico*”, Castillo captou a esperança e o voto de milhões de trabalhadores e camponeses, principalmente nas regiões mais pobres do país, a sul, onde é maior a percentagem de indígenas, esmagados por séculos de colonização e décadas de políticas capitalistas de saque “liberal”.

Porém, pouco após a eleição, Castillo recuou sob a pressão das oligarquias do país. Não aumentou as *royalties* às multinacionais. Não convocou uma Assembleia Constituinte. Para não parecer “radical”, rompeu com o seu próprio partido.

O resultado da política de colaboração de classes foi, como sempre acontece, o oposto do pretendido. Os ataques a Castillo subiram de tom, acabando no golpe de 7 de Dezembro. Nesse dia, perante a terceira moção de censura no parlamento, Castillo anunciou a sua dissolução e novas eleições. Os ministros burgueses abandonaram-no. Castillo acabou na prisão, e a vice-presidente Dina Boluarte no poder. Os promotores do golpe foram a associação patronal CONFIEP, a comunicação social da burguesia, todos os ramos do aparelho de estado, as multinacionais mineiras e, como é “de tradição” na América Latina, a embaixada dos Estados Unidos. Estes, seguidos dos vários laços europeus e da própria América do Sul, apressaram-se a reconhecer o novo governo ilegítimo.

Só que o povo peruano não se rendeu. Boluarte declarou o estado de emergência, chamando também o exército à repressão, mas milhares de peruanos, muitos das regiões andinas e em trajes tradicionais, continuaram a desafiar a sangrenta repressão, marchando no centro de Lima, cantando “*Dina assassina*” (46 manifestantes morreram já vítimas da repressão). Há manifestações de massas, bloqueios de estradas, greves nacionais e regionais e formam-se comissões de luta por todo o país.

As reivindicações do movimento são claras: liberdade para Castillo, dissolução do corrupto congresso golpista, destituição da “presidente” assassina Boluarte, novas eleições e Assembleia Constituinte.

“Nunca mais pobres em país rico”

O Perú tem um legado de governos autoritários e de exclusão, patrocinados pela aliança da oligarquia nacional com as multinacionais exploradoras, com poucos períodos de governo civil. Grande parte da população, sobretudo os povos rurais e indígenas, são mantidos na miséria.

Em 2021, os peruanos elegeram o primeiro “presidente camponês”. O que os recentes eventos mostram à saciedade é simples: no Perú como em todos os países da região, não há maneira de evadir a questão do poder de classe, de quem há-de controlar a riqueza nacional: a oligarquia capitalista e as multinacionais exploradoras, como sempre, ou a maioria produtiva do povo – trabalhadores, camponeses, estudantes, mulheres, povos indígenas –, expropriando aquelas?

É tarefa obrigatória e urgente do movimento operário e militantes de todo o mundo promover a solidariedade com a resistência heróica dos trabalhadores e camponeses peruanos!

brasil

Frente única da classe operária contra a reacção “bolsonarista”

8 de Janeiro: apoiantes de Bolsonaro invadiram, em manifestação violenta, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). Haviam estado uma semana acampados em Brasília, frente ao quartel-general do Exército, pedindo a intervenção deste para derrubar o governo de Lula. Foram ajudados por reforços chegados à cidade em cerca de 100 autocarros fretados para o efeito e escoltados até à Praça dos Três Poderes pela Polícia Militar do Distrito Federal – comportamento bem diferente do que é costumeiro quando há mobilizações populares na capital brasileira... A convivência das autoridades e forças de segurança era visível nas imagens de passividade e confraternização com os bolsonaristas.

A intentona não foi mera cópia carnavalesca do assalto “trumpista” ao Capitólio um ano antes. Ela mostra os perigos da situação política que se vive no país com a formação por Lula de um governo de colaboração de classes, com o político de direita Geraldo Alckmin, seu vice, e que alberga representantes da burguesia, inclusive da extrema-direita bolsonarista, com um aparelho de Estado minado por estas forças. Diversos ministros pró Bolsonaro nem se dão ao trabalho de esconder publicamente as suas posições.

O risco é ilustrado pelos acontecimentos recentes no Perú, nascidos da tibieza do presidente eleito pelas massas trabalhadoras e pobres, Pedro Castillo, face à agressividade da burguesia reaccionária (ver artigo nesta página).

Lula e os sectores de “esquerda” que o acompanham no governo não vão poder evadir por muito tempo uma escolha brutal: ou, perante incidentes como estes, avançam resolutamente para a satisfação das expectativas dos trabalhadores, dos camponeses sem terra, do povo pobre que os elegeram – e, para isso, terão que romper com os representantes da burguesia e do bolsonarismo; ou atolam-se no pântano da colaboração de classes fomentando a reorganização da besta fascista e golpista.

Em todo o caso, para defender os seus interesses, a classe trabalhadora brasileira, que elegeu Lula, só pode confiar em si própria, na sua organização, unidade e mobilização independente para “desbolsonarizar” o Brasil, prevenir um golpe das forças reaccionárias e forçar o governo a responder às suas justas aspirações e reivindicações, a começar pela reversão dos ataques consumados durante o governo Bolsonaro e pela realização das políticas - sociais, ambientais e de protecção dos direitos das maiorias - prometidas durante a campanha eleitoral.



2-1-2023. Tomada de posse de Lula

PALÁCIO DO PLANALTO

8-1-2023. Invasão “bolsonarista”



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PELO PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO OUTONO DE 2023



O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) lança uma carta de convite a uma conferência internacional que se dirige a *“correntes, grupos, organizações, militantes e responsáveis que, sem partilharem o programa da IVª Internacional, se empenham, ao lado dos militantes trotskistas, na luta contra a guerra e pela defesa da civilização humana, adoptando um ponto de vista de classe que nos é comum.”*

A carta inicia-se descrevendo que *“neste final de 2022, o mundo instala-se na guerra, que alastra as suas devastações e desolação a todo o planeta. É uma escalada. Hoje Ucrânia e Rússia, África, amanhã a China. Haverá saída? Para quem se situe no ponto de vista dos explorados e oprimidos, é uma discussão necessária. Queremos abri-la”*.

A carta enumera os parâmetros da discussão para uma conferência frutuosa que ajude *“a reconstrução do movimento operário com um novo eixo”*.

Começando pela guerra na Ucrânia, refere que a sua *“natureza capitalista e imperialista (...) já não carece de demonstração. Reflecte-se na situação de todos os principais países imperialistas, marcada por um tríptico de: gigantescos investimentos na economia de guerra; violentíssimos ataques aos trabalhadores e à juventude, atentatórios de todos os seus direitos e garantias conquistados pela luta de classes, generalizando a precariedade e a “uberização” da sociedade, atentando contra as liberdades democráticas – muito em especial a liberdade de organização – e impondo considerabilíssimos cortes orçamentais aos serviços públicos e reduções de poder de compra e salários; e os lucros monstruosos que as multinacionais tiram desta situação.”*

Na verdade, se algo há de novo na evolução mais recente do imperialismo é que *“há já trinta ou quarenta anos que as classes trabalhadoras de todos os países imperialistas se vêem elas próprias arrasta-*

das numa espiral de regressão social e de decomposição que se desenvolve em paralelo com a espiral de destruição e pilhagem das antigas colónias.”

Assim, *“o carácter do imperialismo como reacção em toda a linha não se mede unicamente pela sua incapacidade para satisfazer as reivindicações democráticas mais elementares a que, na sua fase ascendente, a burguesia conseguia, pelo menos em parte, dar resposta, mas, mais ainda, por estarem a ser brutalmente postas em causa todas as conquistas democráticas conseguidas na fase anterior.”* E o *“que está em falência é um e o mesmo sistema capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, o sistema que guia o braço assassino dos governos fautores de guerra e os planos das instituições internacionais – FMI, Banco Mundial – que estrangulam os trabalhadores e os povos das nações dominadas.”*

Daí decorre a necessidade da *“luta pelo socialismo – e esta luta só pode ser travada à escala internacional –, socialismo que só o próprio movimento das massas poderá realizar, sob a direcção da classe trabalhadora, tomando em mãos o poder político para expropriar o capital e socializar os meios de produção.”*

A carta nota que *“por todo o mundo, o movimento próprio das massas oprimidas e exploradas trá-las para o caminho do levantamento e da mobilização de massas.”* E refere a crise profunda, nomeadamente

depois da queda da URSS, dos aparelhos, sociais-democratas e estalinistas, que tradicionalmente têm dirigido o movimento dos trabalhadores apesar de há muito terem capitulado ao imperialismo, conduzindo a classe trabalhadora a derrotas sucessivas. Pelo que, para abrir uma saída de classe, *“se exige que os trabalhadores, grupos e militantes que partilham a necessidade de voltar para o terreno da classe actuem concertadamente, reclamem-se eles ou não da IVª Internacional. Não, Outubro de 1917 não morreu: Outubro de 1917 pôs na ordem do dia, pela primeira vez desde a Comuna de Paris, o governo da classe trabalhadora e a expropriação da classe capitalista.”*

Em conclusão, *“nenhum militante operário de nenhum país, nenhum grupo, nenhuma organização que estabeleça para si própria, sinceramente, o objectivo de ajudar as massas a combater pelo socialismo pode passar sem responder à pergunta: que partido internacional dos trabalhadores para ajudar a classe trabalhadora?”*

“Este convite à discussão, lançamo-lo, pois, a todos: a todos os militantes, a todas as correntes e organizações do movimento operário e democrático que – independentemente da sua história e origem política – não renunciaram, tal como nós, ao combate pela independência de classe e pelo socialismo”



O homem controlador do Universo, Diego Rivera, 1933
(Fresco, cujo tema era *“a encruzilhada da humanidade”*).

Pintado por encomenda do magnata norte-americano John Rockefeller, que se “ofendeu” com as figuras de Lenin e Trotsky na pintura e exigiu que fossem substituídas por outras. Perante a recusa de Rivera a família Rockefeller destruiu o fresco.